



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL**

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA
CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2018**

Conselheiro Relator: NAPOLEÃO DE SOUZA LUZ SOBRINHO
Processo nº: 5321/2019
Gestor Responsável: WASHINGTON LUIZ VASCONCELOS

PALMAS - TO, Abril/2020



ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES	4
1.1. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE	4
1.2. ROL DE RESPONSÁVEIS (IN 09/2012).....	4
1.3. RESPONSÁVEIS PELO ENVIO (ACORDÃO 838/2014)	5
2. OBJETIVO, FONTES DE CRITÉRIO E ACOMPANHAMENTO DE PRAZOS	6
2.1. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO	6
2.2. REMESSA DAS INFORMAÇÕES AO SICAP/CONTÁBIL	6
3. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO - LOA	8
3.2. RECEITAS	9
3.2.1. RECEITAS CORRENTES.....	10
3.2.1.1. Principais Tributos de Competência do Município	10
3.2.1.2. Transferências Correntes	11
3.2.1.3. Receita da Dívida Ativa	12
3.2.2. RECEITAS DE CAPITAL	13
3.2.2.1. Operações de Crédito	13
3.2.2.2. Alienações de Bens.....	13
3.2.2.3. Transferência de Capital.....	13
4. DESPESA.....	13
4.1. DESPESAS POR FUNÇÃO	13
4.2. DESPESAS POR PROGRAMAS	14
4.3. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E NATUREZA DA DESPESA ..	16
4.4. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	17
4.4.1. CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	18
5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
5.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	18
5.1.2. Despesas de Exercícios Anteriores - DEA	19
6. BALANÇO FINANCEIRO	20
7. BALANÇO PATRIMONIAL.....	21
7.1. Ativo	22
7.1.1. Ativo Circulante.....	22
7.1.2.1. Créditos Tributários a Receber	22



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

7.1.3.2. Créditos por Danos ao Patrimônio	23
7.1.3.3. Estoques	23
7.1.4. Ativo Não Circulante	24
7.1.4.1. Ativo Imobilizado e Intangível	24
7.2. Passivo.....	26
7.2.1. Passivo Circulante	26
7.2.2. Passivo Não Circulante.....	27
7.2.3. Passivos Ocultos no Balanço Patrimonial	27
7.2.3.1. Falta de Transparência nas Obrigações de Curto Prazo	28
7.2.3.2. Falta de Transparência nas Obrigações com Precatórios e Requisição de Pequeno Valor	28
7.2.4. Patrimônio Líquido	29
7.2.5. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	29
7.2.6. Quadro das Contas de Compensação	30
7.2.7. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte.....	30
7.2.7.1. Cancelamento de Restos a Pagar Liquidados	31
7.2.7.2. Inconsistência no Registro das Disponibilidades Financeiras	32
7.2.7.3. Inconsistência no Registro dos Ativos Financeiros	32
8 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	33
9. ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL.....	34
9.1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	34
9.2. DESPESAS COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	34
9.3. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL.....	35
10. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36
10.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE.....	36
10.2. LIMITE DE GASTO COM PROFESSORES - 60% DO FUNDEB	38
10.3. TOTAL DA DESPESA DO FUNDEB	38
10.4. GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	39
10.5. LIMITE DE REPASSE AO PODER LEGISLATIVO.....	41
11. DEMAIS ASSUNTOS RELEVANTES	42
11.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	42
12. RECOMENDAÇÕES	42
13. CONCLUSÃO	44



RELATÓRIO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº.116/2020

NÚMERO DO PROCESSO 5321/2019

1. INFORMAÇÕES

1.1. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Entidade: Prefeitura Municipal de Fátima
Endereço: Porto Alegre - Centro 77.555-000
CNPJ: 00.114.801/0001-88
Fone/Fax: Comercial (63) 33651122 Residencial ()

1.2. ROL DE RESPONSÁVEIS (IN 09/2012)

Prefeito: Washington Luiz Vasconcelos
Endereço: Rua Olavo Bilac, Qd. 01, Lt. 07 - Centro 77.555-000
CPF: 526.395.841-20
Identidade: 283616 - SSP/TO
Fone/Fax: Residencial (63) 00000000 Residencial (63) 33651561
Período de Vigência: A partir de 01/01/2017

Controle Interno: Ismael Ramalho da Silva
Endereço: Rua 13 de Maio - Centro 77.555-000
CPF: 008.323.281-89
Identidade: 796746 - SSP
Fone/Fax: Residencial (63) 00000000 Celular (63) 984542232 Celular (63) 985011330
Período de Vigência: A partir de 01/08/2018

Controle Interno: Gabriela Patricia Alves Martins Andrade
Endereço: Rua Cecília Meirelis - Centro 77.555-000
CPF: 046.595.121-00
Identidade: 1092472 - SSP-TO
Fone/Fax: Residencial (63) 00000000
Período de Vigência: 17/03/2017 a 31/07/2018

Contador: Maria Aminadb Barros de Medeiros
Endereço: Teotonio Vilela - Centro 77.555-000
CPF: 931.859.361-91
Identidade: 431740 - SSPTO
Fone/Fax: Celular (63) 84889333
Período de Vigência: A partir de 02/02/2015



1.3. RESPONSÁVEIS PELO ENVIO (ACORDÃO 838/2014)

Prefeito: Washington Luiz Vasconcelos

Endereço: Rua Olavo Bilac, Qd. 01, Lt. 07 - Centro 77.555-000

CPF: 526.395.841-20

Identidade: 283616 - SSP/TO

Fone/Fax: Residencial (63) 33651561

Controle Interno: Ismael Ramalho da Silva

Endereço: Rua 13 de Maio - Centro 77.555-000

CPF: 008.323.281-89

Identidade: 796746 - SSP

Fone/Fax: Celular (63) 984542232 Celular (63) 985011330

Contador: Maria Aminadb Barros de Medeiros

Endereço: Teotônio Vilela - Centro 77.555-000

CPF: 931.859.361-91

Identidade: 431740 - SSPTO

Fone/Fax: Celular (63) 84889333



2. OBJETIVO, FONTES DE CRITÉRIO E ACOMPANHAMENTO DE PRAZOS

a) Em cumprimento a determinação constitucional e atendendo as disposições constantes no Regimento Interno, Lei Orgânica e Instrução Normativa nº. 08/2013, do TCE/TO, procedemos à análise da presente prestação de contas, com o objetivo de subsidiar a emissão de Parecer Prévio por este Tribunal. As fontes de critério utilizadas foram as seguintes: Constituições Federal e Estadual; Lei Federal nº. 4.320/1964, Normas Brasileiras de Contabilidade e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Plano Plurianual - PPA nº. 448/2017, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO nº. 449/2017, Lei Orçamentária Anual - LOA nº. 451/2017, Lei Complementar nº. 101/2000 e demais Normas do TCE/TO.

2.1. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

a) A presente prestação de contas foi assinada digitalmente pelos responsáveis acima identificados e gerada com base nos dados contábeis da 8ª remessa de dados do SICAP - Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública, módulo SICAP/CONTÁBIL, que ingressou neste Tribunal em 16/04/2019, portanto, no prazo previsto na Instrução Normativa nº. 008, de 27 de novembro de 2013, estando / não estando formalizada com todos os documentos/demonstrativos exigidos na referida Instrução Normativa.

b) Verifica-se que o Gestor apresentou a Declaração de Veracidade de Informações, cumprindo o que determinam as Normas do TCE-TO.

2.2. REMESSA DAS INFORMAÇÕES AO SICAP/CONTÁBIL

a) Em cumprimento à Instrução Normativa TCE/TO nº 11, de 05 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a remessa de dados contábeis enviada intempestivamente pelos Municípios e sua Administração Indireta, por meio eletrônico com a assinatura digital e considerando as prorrogações de prazos para o envio das remessas, ocorridas no exercício, o ente em análise encaminhou através do SICAP/CONTÁBIL, os dados contábeis que estão disponíveis no respectivo sistema.

b) As remessas do Poder Executivo e Legislativo foram entregues no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 11, de 05 de dezembro de 2012.

3. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Os orçamentos públicos são mecanismos fundamentais de atuação dos Poderes Executivo e Legislativo no compartilhamento e direcionamento dos recursos públicos. Norteiam as ações do governo, além de servirem de instrumento de acompanhamento da implementação das políticas públicas neles formuladas.

b) A Constituição Federal de 1988 determina que os três instrumentos que compõem o sistema de planejamento são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Assim a LDO é o elo entre o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

Plano Plurianual - PPA que funciona como um plano de Governo e a Lei Orçamentária Anual - LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução dos programas governamentais.

c) Nos termos do artigo 2º da Lei nº 4320/64, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho anual, devendo ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

d) Assim, integram a Lei Orçamentária os quadros da despesa e os programas de trabalho do Governo, estruturados em funções (1), subfunções (2), programas (3) e ações: projetos (4), atividades (5) e operações especiais (6). Nesse sentido, devem ser observados os padrões e conceitos estabelecidos na Portaria nº 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual estabelece em seus artigos 3º e 4º o seguinte:

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.

Art. 4º Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.

(1) Como função, deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

(2) A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas;

(3) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

(4) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

(5) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

(6) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

e) Também devem ser obedecidos os padrões estabelecidos na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e uniformiza procedimentos, devendo ser utilizada a mesma classificação orçamentária de receitas e despesas públicas. O artigo 6º da mencionada Portaria determina que na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

f) Deste modo, os Municípios devem elaborar suas leis orçamentárias tomando como base os conceitos e determinações da Portaria 42/99 do MOG e da Portaria Interministerial Nº 163/01 e alterações posteriores, além da obrigatória observância à



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL**

compatibilidade da Lei Orçamentária com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentária conforme mandamentos da Constituição Federal e LC 101/2000.

g) No que se refere à eficiência, eficácia ou efetividade do gasto público, a fragilidade de alguns dados referentes às metas físicas e indicadores previstos nos instrumentos de planejamento confrontados com as metas/indicadores alcançados dificultam a efetiva avaliação da gestão por meio das contas anuais. O relatório de gestão exigido no artigo 27(7) do Regimento Interno e na Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 deve conter os dados sobre as metas físicas e indicadores alcançados.

h) Deste modo, o Município deve efetuar o controle da execução do orçamento e adotar as medidas para o cumprimento do programa de trabalho, conforme preceitua o artigo 75, I, II e III da Lei nº 4320/64, bem como evidenciar os resultados da execução orçamentária no relatório do Órgão Central do sistema de controle interno conforme exige o artigo 101 da Lei Estadual nº 1.284/2001 e art. 27 do Regimento Interno deste Tribunal.

(7) Art. 27 - O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Município; II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas; III - observações concernentes à situação da administração financeira municipal; IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Municipal nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta; VI - execução da programação financeira de desembolso; VII - demonstração da dívida ativa do Município e dos créditos adicionais abertos no exercício; VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis; IX - informações sobre as atividades inerentes ao Poder Legislativo relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual.

3.1. COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO - LOA

a) A Lei Orçamentária Municipal nº 451/2017 - LOA aprovou o Orçamento Geral do Município de Fátima para o exercício de 2018, estimando as Receitas e fixando as Despesas no valor de R\$ 16.457.427,08, e, ainda, ficou autorizado ao Poder Executivo abrir créditos suplementares até o limite de 70% sobre o total da despesa nela fixada, utilizando, como recursos, a anulação de dotações do próprio orçamento, bem como excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, como também o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

b) Os recursos autorizados foram alocados nas Unidades Orçamentárias do município, conforme segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

Quadro 1 - Comparativo da Dotação Inicial do Orçamento - 2018

ENTIDADE	ARQUIVO LEI ORÇAMENTÁRIA (PDF)	VALOR ORÇAMENTO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DE FÁTIMA	609.636,30	609.636,30	609.636,30
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FÁTIMA	1.225.000,00	1.225.000,00	1.225.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES FUMPREF DE FÁTIMA	290.000,00	290.000,00	290.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FÁTIMA	3.421.800,00	3.421.800,00	3.421.800,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA	10.850.490,98	10.910.990,78	10.910.990,78
TOTAL	16.396.927,28	16.457.427,08	16.457.427,08

Fonte: Lei Orçamentária (PDF), Loa Despesa e Balanço Orçamentário

c) Com relação ao Orçamento Inicial do município, constata-se consonância entre o valor constante na Lei Orçamentária Municipal nº 451/2017 - LOA e o informado na Remessa Orçamento.

d) Com relação ao Orçamento Inicial do município, constata-se consonância/divergência no valor de R\$ -60.499,80 entre o constante na Lei Orçamentária Municipal nº 451/2017 - LOA e o informado no Balancete da Despesa.

3.2. RECEITAS

a) Na elaboração da Lei Orçamentária Anual as previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais, considerando os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e deverão ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Dessa forma, apurou-se as receitas arrecadadas nos últimos três anos, a fim de verificar a conformidade da previsão com o estabelecido na LRF. Segue o demonstrativo:

Quadro 2 - Demonstrativo da Evolução da Receita Prevista com a Arrecadada - 2015 a 2018

EXERCÍCIO	PREVISÃO INICIAL (A)	ARRECADANÇA (B)	(C) = (B) / (A) * 100
2015	14.145.421,69	9.842.213,89	69,58%
2016	11.306.288,33	11.320.521,27	100,13%
2017	15.556.557,77	11.180.009,59	71,87%
Média	13.669.422,60	10.780.914,92	78,87%
2018	15.057.427,08	14.531.460,23	96,51%

Fonte: Anexos 10 de cada exercício

b) Apura-se ainda, que a previsão da receita do exercício em análise mantém a média da receita arrecadada nos últimos três anos, vez que corresponde a 34,79% acima da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

média de arrecadação do triênio, conforme determinam os artigos 30 da Lei nº 4320/64 e 12 da LC nº 101/00.

Quadro 3 - Receitas por Categoria Econômica

TÍTULO	PREVISÃO	VALOR ARRECADADO	%
RECEITAS CORRENTES (I)	15.391.732,80	16.214.601,72	105,35%
RECEITA TRIBUTÁRIA	896.941,03	865.033,17	96,44%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	802.470,78	734.738,47	91,56%
RECEITA PATRIMONIAL	86.793,25	164.475,98	189,50%
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0%
	0,00	0,00	0%
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.536.893,58	14.304.164,14	105,67%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.634,16	146.189,96	213%
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.387.973,93	-1.683.141,49	121,27%
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.053.668,21	0,00	0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0%
ALIENAÇÕES DE BENS	13.640,30	0,00	0%
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	881.315,72	0,00	0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	158.712,19	0,00	0%
TOTAL BRUTO	15.057.427,08	14.531.460,23	96,51%

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2018

c) Conforme Balanço Orçamentário, o Município no exercício de 2018 arrecadou R\$ 16.214.601,72 de receita corrente e R\$ 0,00 de receita de capital. Incluídas as deduções, a receita total arrecadada foi de R\$ 14.531.460,23.

3.2.1. RECEITAS CORRENTES

3.2.1.1. Principais Tributos de Competência do Município

O Município de Fátima arrecadou de Receitas Tributárias o montante de R\$ 865.033,17 (quadro anterior) durante o exercício de 2018, sendo R\$ 730.722,42 de tributos de competência exclusiva do município, em observância ao disposto no art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município. Ressalte-se que o total arrecadado corresponde 93,45% do previsto.



Quadro 4 - Tributos de Competência Exclusiva do Município

DESCRIÇÃO	PREVISÃO A	VALOR ARRECADADO B	% ARRECADADO / PREVISÃO C
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	29.148,19	38.291,84	131,37
ISS - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	549.450,00	482.798,88	87,87
ITBI - Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos	175.340,00	185.823,35	105,98
Taxas	27.961,34	11.695,63	41,83
Contribuição de Melhoria	0,00	12.112,72	0,00
TOTAL	781.899,53	730.722,42	93,45

Fonte: Anexo 10 da Lei 4.320 - Exercício de 2018

b) Destaca-se, entretanto, que além da contabilização das receitas orçamentárias, os Entes devem efetuar a contabilização das variações patrimoniais aumentativas no momento da ocorrência do fato gerador, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, possibilitando o controle contábil do valor que não foi arrecadado no exercício e a evidenciação no Balanço Patrimonial.

c) Tais registros possibilitarão a análise da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança tendo em vista o disposto nos artigos 13 e 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

d) Entretanto, para o reconhecimento tempestivo e confiável dos créditos, é necessária a integração do setor de arrecadação com o setor de contabilidade, de modo a se conhecer o fluxo das informações para detecção dos momentos que ensejam o registro contábil, nos lançamentos de ofício, por declaração e por homologação.

3.2.1.2. Transferências Correntes

a) Do total das Receitas Correntes arrecadadas R\$ 16.214.601,72, antes das deduções, O Município de Fátima recebeu de transferências correntes o montante de R\$ 14.304.164,14, durante o exercício de 2018, o que representa 88,22% das receitas totais.

Quadro 5 - Comparativo Receitas Banco do Brasil e Anexo 10 dos Autos

RECEITA	FPM	ITR	LC 87/96	CIDE	FUNDEB	FEX
CONTA	1.7.2.1.01.XX	1.7.2.1.01.05	1.7.2.1.36	1.7.2.2.01.13	1.7.2.4.01	1.7.2.1.99.00.20
Jan/Fev	1.246.964,01	520,35	176,80	8.588,85	386.175,52	0,00
Mar/Abr	974.592,99	859,94	176,80	341.083,38	341.083,38	0,00
Mai/Jun	1.185.459,01	19,43	176,80	0,00	392.535,15	0,00
Jul/Ago	1.151.587,36	167,06	176,80	7.451,28	336.906,08	0,00
Set/Out	791.300,19	29.173,20	176,80	3.759,89	308.151,52	0,00
Nov/Dez	1.453.723,19	8.168,81	176,80	0,00	412.185,97	0,00
TOTAL BB	6.803.626,75	38.908,79	1.060,80	360.883,40	2.177.037,62	0,00
TOTAL ANEXO 10	6.803.626,75	38.908,79	1.060,80	27.271,03	2.177.037,62	0,00
DIFERENÇA	0,00	0,00	0,00	333.612,37	0,00	0,00

Fonte: Anexo 10 da Lei 4.320 - Exercício de 2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

Verifica-se que houve divergência entre os registros contábeis e os valores recebidos como Receitas e registrados no site do Banco do Brasil, na conta CIDE o valor de R\$ 333.612,37 em descumprimento ao que determina o art. 83 da Lei Federal nº 4.320/64

3.2.1.3. Receita da Dívida Ativa

a) A receita desta natureza decorre de pagamentos não efetuados pelo contribuinte no prazo regular, portanto, são obrigações convertidas em dívida ativa, visando à cobrança por meios judiciais. Segue o Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)

Quadro 6 - Arrecadação da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA ACUMULADA	DIFERENÇA
Receita da Dívida Ativa	17.408,68	31.932,95	-14.524,27

Fonte: Anexo 10 da Lei 4.320 - Exercício de 2018

Quadro 7 - Saldo Atual do Estoque da Dívida Ativa Tributária

DESCRIÇÃO	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO	118.415,62
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00

Fonte: Balancete Verificação - Exercício de 2018

b) Considerando que o registro contábil do direito oriundo da dívida ativa consiste em fato contábil permutativo resultante da baixa do crédito a receber anteriormente registrado, faz-se necessário, para correta evidenciação do patrimônio, que a variação patrimonial aumentativa seja registrada no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente de recebimento

c) Deste modo, a contabilidade evidenciará os créditos a receber, e atendidos os critérios de certeza e liquidez pela autoridade competente e vencido o prazo para recolhimento, o valor será inscrito em dívida ativa e demonstrado nos balanços, sendo o recebimento e movimentação dos créditos evidenciados nas contas patrimoniais e de controle, e no caso de arrecadação no exercício, registrados como receita orçamentária.

Quadro 8 - Evolução da Previsão da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO DA CONTA	2015 ANO "D"	2016 ANO "C"	2017 ANO "B"	2018 ANO "A"
Previsão da Dívida Ativa	20.033,00	15.826,07	15.826,07	17.408,68

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2018



3.2.2. RECEITAS DE CAPITAL

a) Receitas de Capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; e transferências de capital. Verifica-se que no exercício de 2018, não houve registro neste grupo.

3.2.2.1. Operações de Crédito

a) Verifica-se no Comparativo da Receita Orçada com a Realizada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) que, durante o exercício de 2018, não houve registro de Operação de Crédito.

3.2.2.2. Alienações de Bens

a) A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 44 normatiza:

Lei Complementar n. 101/2000 - Art. 44 - É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

b) Constata-se, que não houve realização de despesas correntes com recursos oriundos de alienação de bens.

3.2.2.3. Transferência de Capital

a) As transferências de capital são as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública. O Município, durante o exercício de 2018, recebeu R\$ 0,00 referentes à transferência de capital.

4. DESPESA

a) Compreende-se por despesa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (despesas correntes) ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

b) O quadro abaixo evidencia a execução da despesa orçamentária (empenho, liquidação e pagamento) da entidade por função, em conformidade com a Portaria SOF/MP nº 42, de 14/04/1999 e atualizações:

4.1. DESPESAS POR FUNÇÃO

a) A classificação funcional tem por finalidade segregar a despesa pública orçamentária em função e subfunção. A função refere-se ao "maior nível de agregação das diversas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

áreas de despesa que competem ao setor público", enquanto que as subfunções representam um subconjunto das despesas, refletindo assim as políticas, diretrizes, objetivos no planejamento das ações dos administradores públicos. Segue o comparativo de gastos das despesas por Função, em conformidade com a Portaria SOF/MP nº 42, de 14/04/1999 e atualizações:

Quadro 9 - Despesa por função

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EXECUTADO	%
01	Legislativa	609.636,30	609.636,30	598.953,24	98,25%
04	Administração	2.797.524,39	3.172.618,32	2.987.576,55	94,17%
08	Assistência Social	1.225.000,00	1.225.000,00	662.991,16	54,12%
09	Previdência Social	274.200,00	242.538,70	242.413,37	99,95%
10	Saúde	3.421.800,00	3.831.800,00	3.736.326,25	97,51%
12	Educação	4.476.357,61	4.499.914,67	3.704.603,42	82,33%
13	Cultura	202.270,83	184.115,30	184.114,80	100%
15	Urbanismo	2.360.916,75	1.380.566,45	782.028,58	56,65%
16	Habitação	110.399,58	2.700,58	0,00	0%
17	Saneamento	110.596,02	21.596,02	13.601,04	62,98%
18	Gestão Ambiental	388.657,83	652.308,41	438.545,34	67,23%
20	Agricultura	207.878,15	457.967,52	338.572,21	73,93%
27	Desporto e Lazer	107.782,36	172.257,55	164.065,21	95,24%
28	Encargos Especiais	164.407,26	4.407,26	0,00	0%
	Total	16.457.427,08	16.457.427,08	13.853.791,17	84,18%

Fonte: Anexo 11 da Lei 4.320 e Balancete da Despesa - Exercício de 2018

b) Destaca-se que nas Funções Assistência Social, Urbanismo, Habitação, Saneamento e Encargos Especiais houve execução menor que 65% da dotação atualizada, ou seja, não houve ação planejada para as despesas por função, em desconformidade ao que determina a IN 02/2013.

4.2. DESPESAS POR PROGRAMAS

a) A seguir, destacam-se os programas com as respectivas codificações e valores autorizados e executados.

Quadro 10 - Programas Inclusos na Lei Orçamentária Anual

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	% EMPENHADO x INICIAL	% EMPENHADO x ATUALIZADA
0002 - APOIO ADMINISTRATIVO	1.373.133,89	1.781.459,31	1.699.189,60	123,75	95,38
0008 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	101.650,00	25.973,93	20.297,27	19,97	78,14
0075 - SAÚDE	6.000,00	100,00	80,00	1,33	80,00
0081 - ASSISTENCIA	53.500,00	64.693,10	29.381,64	54,92	45,42
0082 - PREVIDENCIA	290.000,00	290.000,00	285.705,26	98,52	98,52
0101 - AÇÃO LEGISLATIVO	593.886,30	578.212,43	567.529,37	95,56	98,15
0102 - AMPL E REFORMA SEDE DA CAMARA	15.750,00	31.423,87	31.423,87	199,52	100,00
0401 - MANUTENÇÃO DO GABINETE	531.628,49	381.181,06	346.696,73	65,21	90,95
0421 - COORD.MANUT.ADM.CONTROLE INTERNO	70.737,80	66.837,80	59.903,33	84,68	89,62



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	% EMPENHADO x INICIAL	% EMPENHADO x ATUALIZADA
0432 - GESTÃO PATRIMONIAL	88.845,73	3.195,73	2.636,00	2,97	82,49
0434 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA INFORMÁTICA	43.066,35	16.897,88	14.706,12	34,15	87,03
0441 - COORDENADORIA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	159.179,76	379.738,22	340.014,02	213,60	89,54
0442 - MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS COM O PASEP	60.500,00	85.744,63	85.744,32	141,73	100,00
0443 - COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS	220.361,92	172.845,24	172.683,32	78,36	99,91
0445 - AMORTIZAÇÃO ENCARGOS FINANCIAMENTOS DA DI	62.365,45	147.281,48	147.280,68	236,16	100,00
0812 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	55.000,00	39.785,23	2.524,90	4,59	6,35
0813 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	60.000,00	66.740,80	21.531,83	35,89	32,26
0821 - PROMOVER OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	149.000,00	344.645,60	214.403,25	143,89	62,21
0823 - CONST, AMPL, REFORMA E MANUT DO ESPAÇO FÍSICO	100.000,00	84.510,11	0,00	0,00	0,00
0834 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.294.000,00	1.172.601,36	1.169.999,25	90,42	99,78
0835 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	734.000,00	690.731,95	689.867,87	93,99	99,87
0836 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS	291.000,00	176.071,17	172.240,57	59,19	97,82
0837 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	60.000,00	68.000,00	66.000,00	110,00	97,06
0838 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE	50.000,00	79,85	0,00	0,00	0,00
0839 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	50.000,00	841.329,05	795.971,00	1.591,94	94,61
0840 - CONSTRUÇÃO DA UBS - EVÁLVES BATISTA VASCONCELOS	50.000,00	600,00	0,00	0,00	0,00
0841 - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	16.700,00	160.975,63	160.769,81	962,69	99,87
0842 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	592.000,00	513.233,78	393.929,54	66,54	76,75
0843 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS	14.000,00	14.720,00	1.220,00	8,71	8,29
0844 - AQUISIÇÃO DE ONIBUS - PROGRAMA MELHOR IDADE	91.500,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00
0845 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	110.000,00	85.171,38	0,00	0,00	0,00
1004 - ATENÇÃO BÁSICA, PAB FIXO	27.900,00	268.477,58	258.920,57	928,03	96,44
1005 - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF-01	23.200,00	11.290,62	10.146,97	43,74	89,87
1008 - INCENTIVO À SAÚDE BUCAL	262.000,00	243.749,07	240.313,52	91,72	98,59
1013 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA-ENDEMIAS	100.000,00	64.567,92	57.168,39	57,17	88,54
1027 - PROGRAMA MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE	77.000,00	17.611,74	15.205,64	19,75	86,34
1032 - AÇÕES ESTRUTURAIS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	50.000,00	56.405,39	42.128,40	84,26	74,69
1061 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	330.000,00	59.208,67	57.514,26	17,43	97,14
1202 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE	112.800,00	65.832,00	65.671,38	58,22	99,76
1203 - GESTÃO DE MERENDA ESCOLAR (ENSINO FUNDAMENTAL)	203.691,46	199.501,46	115.608,17	56,76	57,95
1208 - CONST.AMPL.DE UNIDADE ESCOLAR	81.004,34	13.004,34	0,00	0,00	0,00
1209 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	495.590,26	428.744,95	385.182,82	77,72	89,84
1210 - GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	382.231,86	472.509,77	308.750,62	80,78	65,34
1245 - FUNDEB 40% - ENSINO INFANTIL(CRECHE)	246.400,00	250.400,75	206.038,76	83,62	82,28
1246 - FUNDEB 40%-ENSINO INFANTIL(PRÉ-ESCOLA)	352.300,00	307.300,00	172.833,39	49,06	56,24



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	% EMPENHADO x INICIAL	% EMPENHADO x ATUALIZADA
1247 - FUNDEB 40%-ENSINO FUNDAMENTAL	470.614,67	526.307,60	396.700,75	84,29	75,37
1248 - FUNDEB 60%-ENSINO FUNDAMENTAL	895.500,00	966.498,62	932.660,07	104,15	96,50
1249 - FUNDEB 60%-ENSINO INFANTIL(CRECHE)	302.790,02	335.749,42	296.039,26	97,77	88,17
1250 - FUNDEB 60% - ENSINO INFANTILPRé-ESCOLA)	338.800,00	492.786,64	477.786,64	141,02	96,96
1251 - MANUT ATIV GERENCIAIS ADM GERAL SEC EDUC	500.335,00	391.339,23	318.969,80	63,75	81,51
1252 - MANUT ATIV APOIO ADMINISTRATIVO	94.300,00	49.939,89	28.361,76	30,08	56,79
1302 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	202.270,83	184.115,30	184.114,80	91,02	100,00
1505 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC.MUNICIPAL	135.661,62	193.504,56	181.012,46	133,43	93,54
1601 - CONST/AMPLIAÇÃO DE CASAS POPULARES	68.599,58	2.700,58	0,00	0,00	0,00
1602 - CONST/AMPL DE CASA POPULARES RURAIS	41.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1700 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	156.353,25	394.386,70	338.679,14	216,61	85,87
1702 - MANUTENÇÃO AMPL. DO SANITARIO PUBLICO	61.261,68	261,68	0,00	0,00	0,00
1703 - CONST.DE OBRAS DE SANEAMENTO EM GERAL	49.334,34	21.334,34	13.601,04	27,57	63,75
1800 - PROGRAMA PRESER E CONSERV MEIO AMBIENTE	207.304,58	255.921,71	99.866,20	48,17	39,02
1806 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA COLETA SELETIV	25.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
2003 - MANUTENÇÃO ATIV. AGROPECUARIAS EM GERAL	56.964,63	197.614,11	133.527,77	234,40	67,57
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA	150.913,52	260.353,41	205.044,44	135,87	78,76
2600 - INFRAESTRUTURA (URBANA-RURAL)	1.191.961,25	951.671,83	415.432,19	34,85	43,65
2601 - CONSTRUÇÃO DE VIAS URBANAS	77.000,00	6.438,00	0,00	0,00	0,00
2612 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL	356.293,88	217.843,81	185.583,93	52,09	85,19
2613 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVEÇÃO	600.000,00	11.108,25	0,00	0,00	0,00
2700 - DESPORTO E LAZER	97.062,83	166.757,02	164.065,21	169,03	98,39
2801 - DESPORTO COMUNITÁRIO AÇÕES EMPREGABILIDA	10.719,53	5.500,53	0,00	0,00	0,00
2802 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	70.255,00	64.001,74	55.133,27	78,48	86,14
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	164.407,26	4.407,26	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	16.457.427,08	16.457.427,08	13.853.791,17	84,18	84,18

Fonte: Anexo 11 da Lei 4.320 - Exercício de 2018

b) Conforme evidenciado no citado quadro, percebe-se que houve programa(s) com execução menor que 65%. As despesas do Município de Fátima foram executadas em acordo/desacordo com os valores dos Programas inicialmente autorizados constantes da lei Orçamentária, em descumprimento ao que dispõe a IN 002/2013.

4.3. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E NATUREZA DA DESPESA

a) As Despesas por Categoria Econômica são classificadas em Despesas Correntes, as quais correspondem aos gastos com a manutenção dos serviços públicos já



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

existentes (custeio, conservação, pessoal), que totalizou R\$ 12.667.078,30, e Despesas de Capital, que têm por definição os gastos destinados para investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, que totalizou R\$ 1.186.712,87. Durante o exercício de 2018, o total das despesas executadas resultou em R\$ 13.853.791,17.

Quadro 11 - Despesas por Categoria Econômica

TÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EXECUTADO
DESPESAS CORRENTES(XII)	13.401.948,04	14.786.004,73	12.667.078,30
Pessoal e Encargos Sociais	6.804.113,31	7.631.555,09	7.103.261,01
Juros Encargos da Dívida	3.363,80	0,80	0,00
Outras Despesas Correntes	6.594.470,93	7.154.448,84	5.563.817,29
DESPESAS DE CAPITAL(XIII)	2.891.071,78	1.667.015,09	1.186.712,87
Investimentos	2.832.070,13	1.519.734,41	1.039.432,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	59.001,65	147.280,68	147.280,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XIV)	164.407,26	4.407,26	0,00
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.457.427,08	16.457.427,08	13.853.791,17

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2018

4.4. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

a) A Lei Orçamentária Municipal nº 451/2017 - LOA aprovou o Orçamento Geral do Município de Fátima para o exercício de 2018, estimando as Receitas e fixando as Despesas no valor de R\$ 16.457.427,08, e, ainda, ficou autorizado ao Poder Executivo abrir créditos suplementares até o limite de 70% sobre o total da despesa nela fixada, utilizando, como recursos, a anulação de dotações do próprio orçamento, bem como excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, como também o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

b) Os créditos orçamentários, inicialmente autorizados, foram alterados no decorrer do presente exercício ficando assim demonstrados:

Quadro 12 - Alterações Orçamentárias

DESCRIÇÃO	VALOR
Orçamento Inicial	16.457.427,08
Créditos Suplementares (+)	7.894.864,81
Anulação Total ou Parcial de Dotação	7.894.864,81
Superávit Financeiro	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operação de Crédito	0,00
Créditos Especiais ou Extraordinários (+)	0,00
Anulação Total ou Parcial de Dotação	0,00
Superávit Financeiro	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operação de Crédito	0,00
Crédito Extraordinário	0,00
Reduções (-)	(7.894.864,81)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL**

DESCRIÇÃO	VALOR
Total dos Créditos Orçamentários (=)	16.457.427,08

Fonte: Anexo 11 da Lei 4.320 e Balancete da Despesa - Exercício de 2018

c) O Orçamento foi alterado através de abertura de Créditos Suplementares no valor de R\$ 7.894.864,81, representando 47,97% das despesas fixadas no orçamento, não excedendo o percentual estabelecido na LOA, em acordo com art. 167, V da Constituição Federal.

4.4.1. CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO

O Município não informou abertura de crédito adicional utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior. Conforme se averigua abaixo, levando em consideração os valores do Ativo Financeiro em confronto com o Passivo Financeiro do exercício anterior, houve um superávit financeiro R\$ 973.010,48.

Quadro 13 - Crédito Adicional

ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	1.165.891,48	PASSIVO FINANCEIRO	192.881,00

Fonte: Fonte: Extraídos do Balanço Patrimonial do Exercício de 2017

Nota-se que havia recurso de superávit financeiro suficiente para suportar a abertura dos créditos adicionais no exercício.

Ressalta-se que nas Consolidadas em análise não consta demonstrativos e Decretos de suplementações no exercício.

5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

a) A gestão orçamentária do Município de Fátima está demonstrada no Balanço Orçamentário, que apresenta as receitas previstas em confronto com as receitas realizadas e as despesas fixadas com as despesas executadas. Na sequência seguem os resumos das receitas e despesas orçamentárias, bem como o resultado da execução:

Quadro 14 - Resumo das Receitas do Balanço Orçamentário

TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES (I)	15.791.732,80	15.391.732,80	16.214.601,72	822.868,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.053.668,21	1.053.668,21	0,00	-1.053.668,21
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA (III)	-1.387.973,93	-1.387.973,93	-1.683.141,49	-295.167,56



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (IV)=(I+II+III)	16.457.427,08	15.057.427,08	14.531.460,23	-525.966,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (VII) = (IV+V+VI)	16.457.427,08	15.057.427,08	14.531.460,23	-525.966,85
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.457.427,08	15.057.427,08	14.531.460,23	-525.966,85

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2018

b) Percebe-se que as Receitas Corrente Realizadas R\$ 16.214.601,72 em comparação à Previsão Atualizada R\$ 15.391.732,80 correspondem em percentual 105%, enquanto que as Receitas de Capital Realizadas R\$ 0,00 em relação à Previsão Atualizada R\$ 1.053.668,21 equivalem em percentual 0%.

Quadro 15 - Resumo das Despesas do Balanço Orçamentário

TÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO
DESPESAS CORRENTES(XII)	13.401.948,04	14.786.004,73	12.667.078,30	2.118.926,43
DESPESAS DE CAPITAL(XIII)	2.891.071,78	1.667.015,09	1.186.712,87	480.302,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XIV)	164.407,26	4.407,26	0,00	4.407,26
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (XV)	16.457.427,08	16.457.427,08	13.853.791,17	2.603.635,91
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (XVIII) = (XV+XVI+XVII)	16.457.427,08	16.457.427,08	13.853.791,17	2.603.635,91
TOTAL DESPESA	16.457.427,08	16.457.427,08	13.853.791,17	2.603.635,91

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2018

d) Verifica-se que ao confrontar os valores totais dos Quadros Resumo das Receitas e Despesas do Balanço Orçamentário, houve divergência de R\$ 1.400.000,00 entre o total da Previsão Atualizada R\$ 15.057.427,08 com o total da Dotação Atualizada R\$ 16.457.427,08, em descumprimento ao que determina o art. 83 da Lei Federal Nº 4.320/64 e MCASP Recomenda-se alinhar o Planejamento junto ao Poder Executivo.

e) Quanto à análise global do resultado orçamentário, verifica-se que, confrontando a receita realizada 14.531.460,23 com a despesa executada 13.853.791,17, constata-se que, em 2018, O Município de Fátima obteve um superávit orçamentário no valor de R\$ 677.669,06, evidenciando que as receitas arrecadadas superam ao valor das despesas empenhadas no exercício demonstrando equilíbrio entre os referidos valores, em atendimento ao que dispõe o art. 1º, §1º e 4º, I, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, no art. 48, "b", da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou seja, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada houve uma despesa executada de R\$ 0,95.

5.1.2. Despesas de Exercícios Anteriores - DEA

a) São despesas de exercícios encerrados que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício. O reconhecimento de despesas de exercícios anteriores devem constituir-se como exceção à regra, de modo a evitar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, omissão de passivos, distorções dos resultados contábeis e fiscais.

Quadro 16 - Despesas de Exercícios Anteriores

Categoria Econômica / Grupo de Despesas	2017	2018	2019
3.1__92 - Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00
3.2__92 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
3.3__92 - Outras Desp. Correntes	334,95	250.697,77	2.818,40
4.4__92 - Investimentos	0,00	0,00	0,00
4.5__92 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
4.6__92 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL	334,95	250.697,77	2.818,40

Fonte: Anexo 11 da Lei nº 4.320/64 de cada Exercício

b) No período de 2017 a 2019, o órgão empenhou no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores o valor de R\$ 253.851,12, ou seja, despesas que já tinham sido realizadas pelo órgão, contrariando os estágios da despesa pública (art. 60, 63 e 65 da Lei nº 4.320/64).

c) Em 2019, foram realizadas despesas de exercícios encerrados no montante de R\$ 2.818,40, ou seja, compromissos que deixaram de ser reconhecidos na execução orçamentária do período, por consequência, o Balanço Orçamentário de 2018 não atende a característica da representação fidedigna (art. art. 60, 63, 101 e 102 da Lei nº 4.320/64).

6. BALANÇO FINANCEIRO

a) O Balanço Financeiro espelha a movimentação dos recursos financeiros, demonstrando seu saldo inicial, receitas, despesas e o saldo apurado no exercício anterior que será transferido para o exercício seguinte.

b) Da análise do Balanço verifica-se que a movimentação financeira do Município de Fátima apresenta um saldo financeiro para o exercício seguinte no valor de R\$ 2.050.597,15 representado na tabela abaixo.

Quadro 17 - Exercício de 2017

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	11.180.009,59	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VIII)	11.702.814,54
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (II)	1.238.966,98	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (IX)	1.065.773,32
REVERSÕES E AJUSTES DE PERDAS (III)	0,00	PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS (X)	0,00
AJUSTES FINANCEIROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (IV)	0,00	AJUSTES FINANCEIROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (XI)	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (V)	1.514.038,92	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (XII)	1.164.427,63



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI)	13.933.015,49	TOTAL (XIV) (VIII+IX+X+XI+XII+XIII)	= 13.933.015,49

Fonte: Balanço Financeiro - Exercício de 2017

Quadro 18 - Exercício de 2018

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	14.531.460,23	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VIII)	13.853.791,17
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (II)	1.471.050,53	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (IX)	1.260.135,27
REVERSÕES DE AJUSTES DE PERDAS (III)	0,00	PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS (X)	0,00
AJUSTES FINANCEIROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (IV)	0,00	AJUSTES FINANCEIROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (XI)	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (V)	1.164.427,63	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (XII)	2.050.597,15
TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI)	17.166.938,39	TOTAL (XIV) (VIII+IX+X+XI+XII+XIII)	= 17.164.523,59

Fonte: Balanço Financeiro - Exercício de 2018

c) Verifica-se que houve consonância entre o saldo para o período seguinte no valor de R\$ 1.164.427,63, registrado no encerramento do exercício de 2017, com o valor informado neste balanço, a título de saldo do período anterior de 2018, em conformidade com os arts. 83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64.

d) Destaca-se que houve divergência entre o valor total das receitas do Balanço Financeiro com o total das despesas no valor de R\$ 2.414,80.

7. BALANÇO PATRIMONIAL

a) O Balanço Patrimonial do Município de Fátima tem a finalidade de expressar qualitativa e quantitativamente seu patrimônio, demonstrando fidedignamente a situação dos saldos de seus bens, direitos e obrigações.

Quadro 19 - Balanço Patrimonial (MCASP)

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	2.230.782,01	PASSIVO CIRCULANTE	395.842,72
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	12.017.533,63	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.057.832,04
		TOTAL DO PASSIVO	1.453.674,76
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.794.643,18
TOTAL	14.248.315,64	TOTAL	14.248.317,94

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

b) O Balanço Patrimonial demonstra os componentes patrimoniais como consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Quanto a este aspecto, O Município de Fátima apresenta um Ativo de R\$ 14.248.315,64 e um Passivo de R\$ 1.453.674,76.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

Assim, o valor residual dos ativos após deduzidos todos seus passivos resultou um Patrimônio Líquido Positivo de R\$ 12.794.643,18.

7.1. Ativo

a) O Ativo compreende os recursos controlados pelo Município de Fátima como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial do serviço. O ativo é segregado em dois grupos circulante e não circulante.

b) O Ativo da entidade, no exercício de 2018, alcançou o valor de R\$ 14.248.315,64, sendo composto de R\$ 2.230.782,01 por ativo circulante e R\$ 12.017.533,63 por ativo não circulante.

7.1.1. Ativo Circulante

a) São classificados como Ativo Circulante quando atenderem a um dos seguintes critérios: (i) estiverem disponíveis para realização imediata; ou (ii) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

b) O Ativo Circulante do Município de Fátima compreende Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo e Estoques. Sua composição, em 2018, foi a seguinte:

Quadro 20 - Ativo Circulante

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.1.0.0.0.00.00.00.00.0000	ATIVO CIRCULANTE	2.230.782,01
1.1.1.0.0.00.00.00.00.0000	Caixa e Equivalência de Caixa	2.050.597,15
1.1.1.0.0.00.00.00.00.0000	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.050.597,15
1.1.1.0.0.00.00.00.00.0000	Créditos a Curto Prazo	118.415,62
1.1.2.5.0.00.00.00.00.0000	Dívida Ativa Tributária	118.415,62
1.1.3.0.0.00.00.00.00.0000	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.883,65
1.1.3.4.0.00.00.00.00.0000	Créditos por Danos ao Patrimônio	397,23
1.1.3.8.0.00.00.00.00.0000	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.486,42
1.1.5.0.0.00.00.00.00.0000	Estoques	59.885,59

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

7.1.2.1. Créditos Tributários a Receber

O registro dos créditos tributários deve ser realizado pelo princípio da competência, após o lançamento do crédito pelo agente tributário. Observa-se que o município apresenta o valor de R\$ 0,00 nas contas de Créditos Tributários a Receber referente aos impostos de sua competência. Conforme quadro a seguir:

Quadro 21 - Receita Prevista x Arrecadada dos Tributos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

CONTA CONTÁBIL	TÍTULO	SALDO ATUAL DEVEDOR
1.1.2.1.1.01.05.00.00.0000	IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	0,00
1.1.2.1.1.01.06.00.00.0000	ITBI - Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos	0,00
1.1.2.1.1.01.07.00.00.0000	ISS - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	0,00
	Total	0,00

Fonte: Arquivo Balancete de Verificação - Exercício de 2018

Observar se o Município não apresentou justificativas nas Notas Explicativas

Observa-se que o Município de Fátima não registrou nenhum valor na conta "Créditos Tributários a Receber" em desconformidade ao que determina o MCASP.

7.1.3.2. Créditos por Danos ao Patrimônio

Considerando que a Instrução Normativa TCE/TO Nº 4/2016, de 14 de dezembro de 2016, determinou que o gestor deve informar nominalmente, em Nota Explicativa, os responsáveis por diferenças em contas bancárias e o valor correspondente, bem como as providências adotadas para a recomposição dos recursos ao erário. Devendo ser anexado à prestação de contas (7ª e 8ª remessa) o parecer da assessoria jurídica informando o andamento dos processos administrativos ou judiciais instaurados em decorrência do descumprimento do prazo definido no § 4º; a probabilidade de recomposição dos recursos ao erário, considerando neste caso, a prescrição, decadência, as decisões já proferidas e outros que se fizerem necessários, bem como as medidas adotadas na execução das sentenças proferidas.

Conforme evidenciado no quadro (20 – Ativo Circulante), observa-se o valor de R\$ 397,23 na conta 1.1.3.4 - Créditos por Danos ao Patrimônio, no entanto, ao analisar as Notas Explicativas da entidade não encontramos as informações solicitadas pela IN TCE-TO nº 4/2016.

7.1.3.3. Estoques

a) Constata-se que ao final do exercício em análise O Município de Fátima, apresentou saldo na conta estoque de R\$ 59.885,59 ao analisarmos as movimentações na conta 1.1.5 - Estoques, observamos que houve R\$ 2.095.703,29, de débitos/entradas e R\$ 2.047.980,98 de créditos/saídas, também houve despesas liquidadas na rubrica de despesa 3.3.90.30 - "Material de Consumo" de R\$ 2.166.327,01 e na rubrica de despesa 3.3.90.32 - "Material de Distribuição Gratuita" de R\$ 910,00, e as baixas na conta 3.3.1 - "Uso de Material de Consumo" da DVP no valor de R\$ 2.128.878,50, conforme detalhado a seguir:

Quadro 22 - Movimentação de Estoque/Conta 3.3.1 - Uso de Material de Consumo

PERÍODO	DÉBITO	CRÉDITO	USO DO MATERIAL
Janeiro	46.653,22	4.531,44	42.121,78
Fevereiro	37.667,94	0,00	37.667,94
Março	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

PERÍODO	DÉBITO	CRÉDITO	USO DO MATERIAL
Abril	205.798,69	0,00	205.798,69
Maio	0,00	0,00	0,00
Junho	0,00	0,00	0,00
Julho	0,00	0,00	0,00
Agosto	910,00	0,00	910,00
Setembro	0,00	0,00	0,00
Outubro	448.184,91	0,00	448.184,91
Novembro	0,00	0,00	0,00
Dezembro	1.394.195,18	0,00	1.394.195,18
MEDIA	177.784,16	377,62	177.406,54
TOTAL	2.133.409,94	4.531,44	2.128.878,50

Fonte: Arquivo Movimento Contábil - Exercício de 2018

b) Observa-se que o valor contabilizado na conta "1.1.5 – Estoque" é de R\$ 59.885,59 no final do exercício em análise, enquanto o consumo médio mensal é de R\$ 177.406,54, demonstrando a falta de planejamento da entidade, pois não tem o estoque dos materiais necessários para o mês de janeiro de 2019.

7.1.4. Ativo Não Circulante

a) Ativo Não Circulante do Município de Fátima compreende Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Sua composição, em 2018, foi a seguinte:

Quadro 23 - Ativo Não Circulante

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.2.0.0.0.00.00.00.00.0000	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	12.017.533,63
1.2.2.0.0.00.00.00.00.0000	Investimentos	125.242,49
1.2.2.7.0.00.00.00.00.0000	Demais Investimentos Permanentes	125.242,49
1.2.3.0.0.00.00.00.00.0000	Imobilizado	11.892.291,14
1.2.3.1.0.00.00.00.00.0000	Bens Móveis	10.674.707,62
1.2.3.8.1.01.00.00.00.0000	(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(2.614.804,80)
1.2.3.2.0.00.00.00.00.0000	Bens Imóveis	4.428.568,14
1.2.3.8.1.02.00.00.00.0000	(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(596.179,82)

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

7.1.4.1. Ativo Imobilizado e Intangível

a) O Ativo não Circulante/Imobilizado e Intangível alcançou R\$ 11.892.291,14, deste valor destacam-se os Bens Móveis, cujo montante corresponde a R\$ 8.059.902,82, os Bens Imóveis no valor de R\$ 3.832.388,32 e os Bens Intangíveis com valor de R\$ 0,00.

b) Na sequência são apresentados os valores dos bens móveis, imóveis e intangíveis constantes do Demonstrativo BEM ATIVO IMOBILIZADO.

Quadro 24 - Bem Ativo Imobilizado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

TIPO VALOR	MÓVEIS	IMÓVEIS	INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo Anterior	9.210.591,15	21.076,38	0,00	9.231.667,53
Aquisição	1.008.008,32	31.423,87	0,00	1.039.432,19
Incorporação	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Entradas	1.008.008,32	31.423,87	0,00	1.039.432,19
Alienação	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação/Amortização	81.434,77	2.025,22	0,00	83.459,99
Impairment	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Saídas	81.434,77	2.025,22	0,00	83.459,99
Saldo Final	10.137.164,70	50.475,03	0,00	10.187.639,73

Fonte: Anexo Bem Ativo Imobilizado - Exercício de 2018

c) O Demonstrativo do Ativo Imobilizado, no exercício, apresenta o total de entradas no valor de 1.039.432,19 separados em: aquisição de R\$1.039.432,19, incorporação R\$0,00 e reavaliação de R\$0,00. Também apresenta na conta Depreciação R\$ 83.459,99.

d) O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O Ente Público deve incorporar ao seu patrimônio os ativos de Bens Móveis e Bens Imóveis adquiridos no período. Assim o somatório dos bens incorporados nas contas 1.2.3.1 – Bens Móveis e 1.2.3.2 Bens Imóveis do Balancete de Verificação deve ser maior ou igual aos valores registrados com despesa de capital nas contas 44 - Investimentos e 45 - Inversões Financeiras.

Quadro 25 - Conferência do Ativo Imobilizado

ATIVO IMOBILIZADO	VARIAÇÃO NO BALANCETE DE VERIFICAÇÃO	LIQUIDAÇÕES DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR	DIFERENÇA
Móveis	873.543,90	873.543,90	0,00
Imóveis	165.888,29	165.888,29	0,00
TOTAL	1.039.432,19	1.039.432,19	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Balancete de Verificação - Exercício de 2018

e) Analisando o Demonstrativo Bem Ativo Imobilizado no exercício de 2018, citado anteriormente, constatou-se o valor de aquisição de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis de R\$ 1.039.432,19. Ao compararmos este valor com os totais das liquidações do exercício e de restos a pagar referentes as despesas orçamentárias de Investimentos e Inversões Financeiras de R\$ 1.039.432,19, guardando uniformidade entre as duas informações.

Quadro 26 - Comparativo Balanço Patrimonial e Ativo Imobilizado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

TIPO DO BEM	BAL. PATRIMONIAL	ATIVO IMOBILIZADO	DIFERENÇA
Bens Móveis	8.059.902,82	10.137.164,70	-2.077.261,88
Bens Imóveis	3.832.388,32	50.475,03	3.781.913,29
Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.892.291,14	10.187.639,73	1.704.651,41

Fonte: Balanço Patrimonial e Anexo Bem Ativo Imobilizado - Exercício de 2018

7.2. Passivo

a) O Passivo compreende obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. O passivo é segregado em dois grupos: passivo circulante e não circulante.

b) O Passivo do Município de Fátima, no exercício de 2018, alcançou o valor de R\$ 1.453.674,76, estando registrado R\$ 395.842,72 no passivo Circulante e R\$ 1.057.832,04 no passivo Não Circulante.

7.2.1. Passivo Circulante

a) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição, os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

b) O Passivo Circulante do Município de Fátima compreende os subgrupos 2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, 2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, 2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, 2.1.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo, 2.1.5 Obrigações de Repartição a Outros Entes, 2.1.7 Provisões a Curto Prazo e 2.1.8 Demais Obrigações a Curto Prazo. Sua composição, em 2018, foi a seguinte:

Quadro 27 - Passivo Circulante

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2.1.0.0.0.00.00.00.00.0000	PASSIVO CIRCULANTE	395.842,72
2.1.1.0.0.00.00.00.00.0000	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00
2.1.1.1.0.00.00.00.00.0000	Pessoal a pagar	0,00
2.1.1.2.0.00.00.00.00.0000	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00
2.1.1.3.0.00.00.00.00.0000	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00
2.1.1.4.0.00.00.00.00.0000	Encargos Sociais a Pagar	0,00
2.1.2.0.0.00.00.00.00.0000	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00
2.1.3.0.0.00.00.00.00.0000	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	347.234,38
2.1.4.0.0.00.00.00.00.0000	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.5.0.0.00.00.00.00.0000	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00
2.1.7.0.0.00.00.00.00.0000	Provisões a Curto Prazo	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2.1.8.0.0.00.00.00.00.0000	Demais Obrigações a Curto Prazo	48.608,34

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

7.2.2. Passivo Não Circulante

a) O Passivo Não Circulante do Município de Fátima compreende os subgrupos 2.2.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo, 2.2.2 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, 2.2.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo, 2.2.4 Obrigações Fiscais a Longo Prazo, 2.2.7 Provisões a Longo Prazo, 2.2.8 Demais Obrigações a Longo Prazo e 2.2.9 Resultado Diferido. Sua composição, em 2018, foi a seguinte:

Quadro 28 - Passivo Não Circulante

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2.2.0.0.0.00.00.00.00.0000	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.057.832,04
2.2.1.0.0.00.00.00.00.0000	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	969.224,62
2.2.2.0.0.00.00.00.00.0000	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00
2.2.3.0.0.00.00.00.00.0000	Fornecedores a Longo Prazo	0,00
2.2.4.0.0.00.00.00.00.0000	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	88.607,42
2.2.7.0.0.00.00.00.00.0000	Provisões a Longo Prazo	0,00
2.2.8.0.0.00.00.00.00.0000	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00
2.2.9.0.0.00.00.00.00.0000	Resultado Diferido	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

7.2.3. Passivos Ocultos no Balanço Patrimonial

a) O art. 50, inciso II, da Lei Complementar 101/2000 (LRF) estabelece que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência. Segundo as normas de contabilidade aplicada ao setor público, regime de competência é o regime segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem. Portanto, o referido dispositivo da LRF obriga o reconhecimento de todos os passivos na ocorrência de seu fato gerador.

b) Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) Ocorre que há passivos que não estão evidenciados no Balanço Patrimonial do município em 31/12/2018. Constatou-se que o passivo está subavaliado, em decorrência de passivos ocultos, os quais serão detalhados os efeitos da sua ausência para a transparência e completa compreensão da situação patrimonial.



7.2.3.1. Falta de Transparência nas Obrigações de Curto Prazo

a) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, ou seja, todos os passivos devem ser reconhecidos na contabilidade no momento da ocorrência do seu fato gerador. Em 31/12/2018 a entidade apresentou o valor de R\$ 0,00, como passivo circulante com indicador de superávit financeiro "permanente", conforme detalhado a seguir:

Quadro 29 - Passivo Circulante Permanente

CONTA CONTÁBIL	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
210000000000000000	PASSIVO CIRCULANTE	0,00
211000000000000000	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00
211100000000000000	Pessoal a pagar	0,00
211200000000000000	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00
211300000000000000	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00
211400000000000000	Encargos Sociais a Pagar	0,00
212000000000000000	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00
213000000000000000	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00
214000000000000000	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00
215000000000000000	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00
217000000000000000	Provisões a Curto Prazo	0,00
218000000000000000	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

b) Como até 31/12/2019 a entidade empenhou o valor R\$ 2.818,40 no elemento de despesa "92 – Despesas de Exercícios Anteriores", despesas que se referem a compromissos que foram contraídos nos exercícios anteriores ao momento da realização do empenho. Portanto, como as obrigações da entidade devem ser contabilizadas pelo regime da competência com o indicador de superávit "P", até que passe pela fase do empenho, então a entidade apresenta uma ocultação de passivo circulante de R\$ 2.818,40.

7.2.3.2. Falta de Transparência nas Obrigações com Precatórios e Requisição de Pequeno Valor

Conforme demonstrado na tabela a seguir, o Município de Fátima não apresentou saldo contábil das obrigações com Precatório na contabilidade. Entretanto, o Município de Fátima informou nas presentes contas (arquivo PDF) DECLARAÇÃO não houve precatórios pagos, baixados ou inscritos no exercício de 2018; e as informações oriundas do Tribunal de Justiça indicam que o município não tem valor em precatórias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

DESCRIÇÃO	VALOR
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00
PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS	0,00
PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	0,00
TOTAL	0,00

Fonte: Balancete Verificação - Exercício de 2018

(1) Art. 103. O parecer prévio a que se refere o art. 1º, inciso I desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas.

(2) Art. 28 - O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública Municipal, concluindo pela aprovação ou não das contas.

7.2.4. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é a diferença entre os ativos e os passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial. A situação patrimonial líquida pode ser positiva ou negativa. No Balanço Patrimonial da entidade temos o registro de ativos no valor de R\$ 14.248.317,94 e passivos no valor de R\$ 1.453.674,76, portanto o patrimônio líquido equivale a R\$ 12.794.643,18.

Quanto a análise vertical, ou seja, a comparação do "Total de Patrimônio Líquido" (R\$ 12.794.643,18) do exercício em análise com o "Total do Passivo" do Balanço Patrimonial (R\$ 1.453.674,76) resultou em 8,80%.

7.2.5. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro 30 - Balanço Patrimonial (Lei 4.320/64)

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	2.052.480,80	PASSIVO FINANCEIRO	404.201,06
ATIVO PERMANENTE	12.195.834,84	PASSIVO PERMANENTE	1.057.832,04
		SALDO PATRIMONIAL	12.786.282,54
TOTAL	14.248.315,64	TOTAL	14.248.315,64

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

a) Comparando o Ativo Financeiro (R\$ 2.052.480,80) e Passivo Financeiro (R\$ 404.201,06), o Município de Fátima apresentou um superávit financeiro no valor de (R\$ 1.648.282,04). O total das disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos temporários) totalizaram R\$ 2.050.597,15.

7.2.6. Quadro das Contas de Compensação

a) Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

b) O Município de Fátima registrou os seguintes atos potenciais ativos e passivos:

Quadro 31 - Balanço Patrimonial

EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	VALOR	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	VALOR
Execução de Garantias e Contra Garantias Recebidas	0,00	Garantias e Contra Garantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

7.2.7. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por Fonte

a) O objetivo do quadro é apresentar a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro por fonte de recurso.

Quadro 32 - Superávit/Déficit Financeiro

DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
TOTAL		1.648.282,04
Recursos Próprios	0010. e 5010.	-710.479,37
Recursos do MDE	0020.	253.032,14
Recursos do FUNDEB	0030.	-868.269,57
Recursos do ASPS	0040.	1.532.295,68
Recursos do RPPS	0050.	834.479,78
Recursos da Cota-Parte dos Recursos Hídricos	0060.	0,00
Alienação de Bens	0070.	140.796,17
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0080.	-2.891,49
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0090.	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
Recursos Destinados à Educação	0200. a 0299.	-19.059,21
Recursos Destinados à Saúde	0400. a 0499.	495.224,04
Recursos Destinados à Assistência Social	0700. a 0799.	0,00
Recursos de Convênios com a União	2000. a 2999.	65.768,80
Recursos de Convênios com o Estado	3000. a 3999.	0,00
Recursos de Convênios com outras Entidades	4000. a 4999.	7,16
Outros Recursos Vinculados	5017. ,0600. ,0123.e 1000. a 1999. e 6000. a 7999.	-72.622,09

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício de 2018

b) Observa-se que o Jurisdicionado apresenta déficit financeiro nas seguintes Fontes: 0010 e 5010 - Recursos Próprios (R\$ -710.479,37); 0030 - Recursos do FUNDEB (R\$ -868.269,57); 0080 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (R\$ -2.891,49); 0200 a 0299 - Recursos Destinados à Educação (R\$ -19.059,21); 5017 ,0600 ,0123e 1000 a 1999 e 6000 a 7999 - Outros Recursos Vinculados (R\$ -72.622,09) em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal o MCASP.

7.2.7.1. Cancelamento de Restos a Pagar Liquidados

a) Com relação ao cancelamento de despesas restos a pagar liquidados, cabe destacar as determinações dos artigos 62 e 63 da Lei federal n.º 4.320/64:

b) Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

c) Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º. Essa verificação tem por fim apurar: I – a origem e o objeto do que se deve pagar; II – a importância exata a pagar; III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º. A liquidação da despesa, por fornecimentos feitos ou serviços prestados, terá por base: I – o contrato, ajuste ou acordo respectivo; II – a nota de empenho; III – os comprovantes da entrega do material ou da prestação de serviços (grifou-se).

d) Assim, a despesa, quando liquidada, configura, inevitavelmente, a efetiva prestação do serviço ou a entrega da mercadoria, devidamente certificada pelo Órgão Público, e, portanto, restando-lhe apenas o devido pagamento ao credor. Neste contexto, o cancelamento de um resto a pagar liquidado, porquanto possa ocorrer, consiste em ato extraordinário, e, como tal, deve estar devidamente justificado.

e) A evolução do cancelamento dos restos a pagar liquidados nos últimos exercícios é demonstrada no quadro a seguir.



Quadro 33 - Restos a Pagar Cancelados

2015	2016	2017	2018
16.625,27	24.915,99	0,00	0,00

Fonte: Arquivo Balancete Verificação de cada Exercício

f) Importante ressaltar que através do arquivo PDF Cancelamento ocorrido no Ativo e no Passivo, o Gestor informou que não houve cancelamento em restos a pagar de acordo com o Decreto nº 106/2018 – Fátima-TO, domingo 16 de dezembro de 2018. (Decreto em anexo as contas consolidadas- arquivo pdf)

7.2.7.2. Inconsistência no Registro das Disponibilidades Financeiras

- a) Disponibilidades maior que o ativo financeiro por fonte.
- b) O "Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários" (§ 1º do artigo 105 da lei 4.320/64). Assim, as disponibilidades (valores numerários), enviados no arquivo conta disponibilidade, não pode ser maior que o ativo financeiro na fonte específica. No entanto, temos os seguintes Ativos Financeiros menores que os valores das disponibilidades (valores numerários).

Quadro 34 - Inconsistência no Registro das Disponibilidades Financeiras

Fonte	Saldo Conta Disponibilidade	Valor do Ativo Financeiro
0010.00.000	33.070,10	-607.013,26
0030.00.000	145.832,93	-758.829,59
0070.00.000	162.000,00	140.796,17
0080.00.000	0,28	-2.891,49
0200.00.000	1.345,72	-1.819,91
0202.00.000	345,43	-15.773,79
0203.00.000	261,70	-3.619,39
0405.00.000	59,81	-2.214,76
0407.00.000	7.126,64	-10.108,66
0700.00.000 a 0749.00.000	187.241,87	-88.226,56

Fonte: Arquivo Conta Disponibilidade e Balancete Verificação do exercício de 2018

7.2.7.3. Inconsistência no Registro dos Ativos Financeiros

- a) Considerando que o "Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários" (§ 1º do artigo 105 da lei 4.320/64). Portanto não existe possibilidade do ativo financeiro ser menor do que zero detalhado na fonte específica.



Quadro 35 - Inconsistência no Registro dos Ativos Financeiros

Fonte	Valor do Ativo Financeiro
0010.00.000 Recursos Próprios	-607.013,26
0030.00.000 FUNDEB	-758.829,59
0080.00.000 CIDE	-2.891,49
0200.00.000 Transferências do Salário-Educação	-1.819,91
0202.00.000 Transferências Diretas do FNDE - PNAE	-15.773,79
0203.00.000 Transferências Diretas do FNDE - PNATE	-3.619,39
0298.00.XXX Transferências de Convênios destinados a Programas de Educação (Utilizar os 3 (três) últimos dígitos para classificar o Convênio)	-96.937,30
0405.00.000 Transferências de Recursos do SUS - Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	-2.214,76
0407.00.000 Transferências de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	-10.108,66
0408.00.000 Transferências de Recursos do SUS - Gestão do SUS	-34.424,93
0450.00.000 a 0497.00.000 Outras Receitas destinadas à Saúde	-1.778,27
0498.00.XXX Transferências de Convênios destinados a Programas de Saúde (Utilizar os 03 (três) últimos dígitos para classificar o Convênio)	-203.280,58
0700.00.000 a 0749.00.000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	-88.226,56
5017.00.000 Recursos destinados ao Meio Ambiente	-72.391,79

Fonte: Arquivo Conta Disponibilidade e Balancete Verificação do exercício de 2018

8 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

a) Nos termos do art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do exercício, conforme se pode verificar pelo quadro a seguir.

Quadro 36 - Demonstração das Variações Patrimoniais

DESCRIÇÃO	VALOR
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.009.481,32
Contribuições	706.565,90
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	164.475,98
Transferências e Delegações Recebidas	14.276.893,11
Valorização e Ganhos com Ativos	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	248.306,08
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.405.722,39
Pessoal e Encargos	7.418.560,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	242.699,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.048.898,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	149.834,82
Transferências e Delegações Concedidas	1.683.141,49
Desvalorização e Perda de Ativos	0,00
Tributárias	804,39
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.212,50



DESCRIÇÃO	VALOR
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.553.151,67
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.852.570,72

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais - Exercício de 2018

b) Confrontando-se as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas apurou-se um Resultado Patrimonial do Período de R\$ 1.852.570,72, evidenciando que as Variações Patrimoniais Aumentativas são superiores as Variações Patrimoniais Diminutivas.

9. ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL

9.1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

a) A LRF estabelece a Receita Corrente Líquida (RCL) como base de cálculo para os diversos limites percentuais a serem observados pela administração pública, tais como os gastos com pessoal e o montante da dívida. Em 2018, a RCL do Município alcançou o montante de R\$ 13.717.854,61.

Quadro 37 - Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
Receitas Correntes	16.214.601,72
(-) Deduções	(2.496.747,11)
Receita Corrente Líquida	13.717.854,61

Fonte: Demonstrativo Receita Corrente Líquida - Anexo III do RREO - Exercício de 2018, por Poder, 6ª Remessa

9.2. DESPESAS COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

a) A Constituição Federal em seu art. 169 define que "a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".

b) A Lei de Responsabilidade Fiscal no artigo 19, inciso III fixa o limite da despesa total com pessoal em percentual da Receita Corrente Líquida, estabelecendo-o em 6% para os Municípios.

c) Apresenta-se a seguir o quadro com os valores das despesas com pessoal referente ao exercício de 2018 e respectivo percentual de participação em relação à Receita Corrente Líquida e demais limites que a LRF dispõe:

Quadro 38 - Limite de Gasto com Pessoal do Município

PODERES/ÓRGÃOS	DESPESA COM PESSOAL LÍQUIDA	DESPESA/RCL	LIMITE PARA ALERTA (art. 59, §1, da LRF)	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
1.0 Executivo	6.244.131,80	45,52%	48,60%	51,30%	54,00%
2.0 Legislativo	382.285,66	2,79%	5,40%	5,70%	6,00%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

PODERES/ÓRGÃOS	DESPESA COM PESSOAL LÍQUIDA	DESPESA/RCL	LIMITE PARA ALERTA (art. 59, §I, da LRF)	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
Total	6.626.417,46	48,31%	54,00%	57,00%	60,00%

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I do RGF - Exercício de 2018, 6ª Remessa

d) Da análise dos percentuais do quadro anterior, constata-se que o gasto com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

9.3. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Com base nos dados enviados ao SICAP Contábil calculou-se o percentual da contribuição patronal, para verificar se esse percentual está compatível com o fixado em lei. Segue cálculo realizado:

Quadro 39 - Regime de Previdência

DENOMINAÇÃO	VALOR
a) Regime Geral da Previdência	
I - Servidores Vinculados ao RGPS - (3.1.1.2.1.01.01.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.02.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.04.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.05.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.06.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.11.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.21.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.22.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.24.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.01.31.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.04.01.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.04.02.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.04.03.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.04.04.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.04.13.00.00.0000 + 3.1.1.2.1.04.14.00.00.0000)	327.627,22
II - Contribuição Patronal - (3.1.2.2.1.01.00.00.00.0000 + 3.1.2.2.1.05.00.00.00.0000 + 3.1.2.2.1.99.00.00.00.0000 + 3.1.2.2.3.01.00.00.00.0000 + 3.1.2.2.3.05.00.00.00.0000 + 3.1.2.2.3.99.00.00.00.0000)	528.156,35
Percentual Apurado da Contribuição Patronal = II/Ix100	161,21%
b) Regime Próprio de Previdência	
I - Servidores Vinculados ao RPPS - (3.1.1.1.1.01.01.00.00.0000 + 3.1.1.1.1.01.21.00.00.0000 + 3.1.1.1.1.01.22.00.00.0000 + 3.1.1.1.1.01.24.00.00.0000 + 3.1.1.1.1.01.25.00.00.0000 + 3.1.1.1.1.01.26.00.00.0000 + 3.1.1.1.1.01.31.00.00.0000)	5.206.608,56
II - Contribuição Patronal - (3.1.2.1.0.00.00.00.00.0000 - 3.1.2.1.2.99.00.00.00.0000)	85.744,32
Percentual Apurado da Contribuição Patronal = II/Ix100	1,65%

Fonte: Arquivo Liquidação e Balancete Verificação - Exercício de 2018

Ressalta-se que todos os valores se referem exclusivamente ao poder Executivo, uma vez que a parte do Legislativo será analisada na prestação de contas deste.

Regime Geral da Previdência:

e) cabe consignar que o artigo 22, inciso I da lei nº 8.212/1991 estabelece que a contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, é de vinte por cento (20%) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês.

f) Conforme apresentado acima, o Prefeitura Municipal de Fátima atingiu o percentual de 161,21% de contribuição patronal, sobre a folha dos servidores que contribuem para o RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percentual que está acima de 20%, atendendo ao estabelecido no art.22, I, da Lei nº 8212/91.



Regime Próprio de Previdência:

g) ressalta-se que o art.2º da lei federal 9.717/98 define que a contribuição dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, devidas ao regime próprio de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

h) Conforme apresentado acima, o valor da contribuição Patronal sobre a folha dos segurados do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social corresponde ao percentual de 1,65%, demonstrando situação regular, uma vez que a alíquota de contribuição está acima do percentual fixado na Lei Municipal nº.449/2017 de 14 de novembro de 2017.

Quadro 40 - Obrigações Patronais X Receitas RPPS

Obrigações Patronais - Operações intra-orçamentárias RPPS	Receitas de Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio - Intra-Orçamentárias	Diferença
0,00	0,00	0,00

Fonte: Arquivo Pagamento e Balancete da Receita - Exercício de 2018

10. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

10.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

a) A Constituição Federal de 1988 e a Emenda nº 53/2006 definem os meios de financiamentos para o desenvolvimento e manutenção do ensino. Dispõe o art. 212 da Constituição Federal que o Município deve aplicar, anualmente, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências.

b) O quadro a seguir apresenta as receitas arrecadadas de impostos e transferências, que servem de base para o cálculo dos limites mínimos dos recursos públicos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 128, da CE e art. 212, da CF).

Quadro 41 - Demonstrativo das Receitas e Gastos com Educação

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receitas Correntes	
1. Receita Resultante de Impostos	873.157,77
2. Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	8.967.986,07
Total da Receita Líquida (A)	9.841.143,84
Despesas com Ensino	
3. Despesas Vinculadas às Receitas Resultantes de Impostos	492.710,31
4. Despesas Vinculadas ao FUNDEB	2.469.739,32
5. (-) Deduções Consideradas para Fins de Limite Constitucional	(493.896,13)
Total das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (C)	2.468.553,50
Percentual das Receitas aplicadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino = C/A	25,08%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receitas Recebidas do FUNDEB (D)	2.178.266,26
Pagamento dos Profissionais do Magistério (B)	1.611.306,00
Deduções para fins de limite do FUNDEB (E)	(7.900,53)
Percentual aplicado na Remuneração do Magistério do Ensino Fundamental = (B - E)/D	73,61%

Fonte: Demonstrativo da Receita - Despesa com MDE - Anexo VIII-RREO - Exercício de 2018

c) Dos valores calculados pelo SICAP/CONTÁBIL, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino em relação às receitas de impostos somaram R\$ 2.468.553,50, atingindo o percentual 25,08%. Logo, considera-se que o Município cumpriu, no exercício de 2018, o limite constitucional.

d) O valor total aplicado pelo Município com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com Recursos de todas as fontes (impostos, FUNDEB, convênios e outras) foi de R\$ 3.310.448,96. Ao confrontar este valor com o quantitativo de alunos matriculados na rede de ensino municipal no mesmo período (conforme divulgado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira no sítio do Ministério da Educação), permite-nos chegar ao valor médio aplicado em educação por aluno ao ano conforme segue:

Quadro 42 - Recursos Aplicados na Educação

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Receita Líquida de impostos de competência do Município	873.157,77
2. Receitas de Transferências Constitucionais e legais oriundas de impostos	8.967.986,07
3. Base de Cálculo = (1+2)	9.841.143,84
4. Valor Mínimo = (3*25%)	2.460.285,96
5. Total Aplicado com Recursos de Impostos	2.468.553,50
6. Percentual Aplicado = (5/3)	25,08%
7. Total das Despesas Orçamentárias com Manutenção e Desenvolvimento com Ensino	3.310.448,96
8. Alunos matriculados na Educação Básica da Rede Pública Municipal 2018	520
9. Despesa Orçamentária com Educação (aluno por ano) = ((7/8))	6.366,25

Fonte: Demonstrativo da Receita - Despesa com MDE - Anexo VIII-RREO - Exercício de 2018 e <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>.

e) Assim, no exercício de 2018 o município de Fátima teve uma média de gasto anual por aluno de R\$ 6.366,25, ou seja, R\$ 530,52 mensal.

f) No que se refere aos resultados dos dispêndios públicos aplicados na educação básica, destaca-se o indicador nacional IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a cada 2 (dois) anos a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

g) De acordo com o INEP, o sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.



h) O indicador possibilita o monitoramento da qualidade da Educação a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as medidas de desempenho nos exames aplicados ao final das etapas de ensino (5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) cujos dados são obtidos a partir do Censo Escolar (aprovação) e das médias da Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica-Saeb (médias de desempenho).

i) Deste modo, para que o IDEB de uma rede de ensino ou escola cresça, é necessário que o aluno aprenda e não repita o ano.

j) As metas nacionais objetivam alcançar 6 (seis) pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

k) No que se refere ao Município de Fátima, os dados publicados pelo INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira demonstra o seguinte histórico de metas projetadas e alcançadas de 2011 a 2017 da rede municipal de ensino:

Quadro 43 - Tabela de Evolução do IDEB - Anos Iniciais

Previsão x Resultado 2011	Previsão x Resultado 2013	Previsão x Resultado 2015	Previsão x Resultado 2017
3.9 / 4.4	4.2 / 4.2	4.5 / 4.3	4.8 / 4.7

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

Quadro 44 - Tabela de Evolução do IDEB - Anos Finais

Previsão x Resultado 2011	Previsão x Resultado 2013	Previsão x Resultado 2015	Previsão x Resultado 2017
/	/	/	/

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

l) Deste modo, faz-se necessário que o Município estabeleça procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede municipal de ensino, de forma que sejam alcançadas as metas do IDEB e demais previstas nos instrumentos de planejamento.

10.2. LIMITE DE GASTO COM PROFESSORES - 60% DO FUNDEB

a) No tocante ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a União definiu que uma proporção não inferior a 60% dos recursos seria para assegurar a Valorização do Magistério de cada ente da Federação e destinado ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. De acordo com o cálculo extraído do SICAP/CONTÁBIL, o Município aplicou R\$ 1.603.405,47, equivalente a 73,61%, portanto, atendendo o limite constitucional.

10.3. TOTAL DA DESPESA DO FUNDEB

a) As Despesas do FUNDEB para fins do limite em 2018, foram de R\$ 2.366.658,82, equivalendo a 108,65% da receita do FUNDEB arrecadada, de R\$ 2.178.266,26 (Lei nº 11.494/2007, art. 21). No entanto, observa-se no Demonstrativo das Receitas e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (RREO - Anexo VIII), a existência de saldo financeiro no valor de R\$ 2.177.037,62 dos recursos recebidos no ano anterior. Portanto, considerando o valor recebido e o saldo financeiro não utilizado em 2017, apura-se uma aplicação a maior no valor de R\$ -1.988.645,06, o que representa -91,29% a mais que o recebido. Assim sendo, o empenho de despesas com recursos do FUNDEB foi maior que os recursos recebidos no exercício e do saldo financeiro não utilizado no exercício anterior, evidenciando falhas na utilização das receitas e na utilização das fontes de recursos.

b) As Despesas do FUNDEB para fins do limite em 2018, foram de R\$ 2.366.658,82, equivalendo a 108,65% da receita do FUNDEB arrecadada, de R\$ 2.178.266,26 (Lei nº 11.494/2007, art. 21). No entanto, observa-se no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (RREO - Anexo VIII), a existência de saldo financeiro no valor de R\$ 2.177.037,62 dos recursos recebidos em 2017. Portanto, considerando o valor recebido e o saldo financeiro não utilizado em 2017, apura-se uma aplicação a menor no valor de R\$ -1.988.645,06, o que representa -91,29% a mais que o recebido. Assim sendo, o empenho de despesas com recursos do FUNDEB foi maior que os recursos recebidos no exercício e do saldo financeiro não utilizado no exercício anterior, evidenciando falhas na utilização das receitas e na utilização das fontes de recursos.

b) Conforme Parecer do Conselho do FUNDEB encaminhado junto às presentes contas, o Conselho se manifestou pela regularidade das contas, referente ao exercício de 2018.

10.4. GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

a) O art. 196 da Constituição Federal prescreve que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

b) O art. 198 da Constituição Federal e a Lei Complementar 141/2012 estabeleceram a base de cálculo e os recursos mínimos a serem aplicados pelo Estado nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

c) Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, em 13 de setembro de 2000, que vincula recursos orçamentários do Estado a serem aplicados obrigatoriamente em ações e serviços públicos de saúde, o Conselho Nacional de Saúde, após ampla discussão, com a participação de representantes do Ministério da Saúde, do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), editou a Resolução nº 322, de 8 de maio de 2003, aprovando diretrizes sobre a operacionalização do texto constitucional modificado pela EC nº 29/2000, entre as quais a que trata da base de cálculo para definição dos recursos mínimos a serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

d) A composição das receitas vinculadas aos Municípios para cálculo do percentual aplicado na saúde fica assim discriminada:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

- e) 1. Receitas de Impostos de natureza Municipal: ISS, IPTU, ITBI;
- f) 2.(+) Receitas de Transferências: Quota-Parte do FPM, Quota-Parte do ITR, Quota-Parte da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), Quota-Parte do ICMS, Quota-Parte do IPVA e Quota-Parte do IPI - Exportação;
- g) 3.(+) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF;
- h) 4.(+) Outras Receitas Correntes: Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária.

Quadro 45 - Demonstrativo das Receitas e Gastos com Saúde

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receitas Vinculadas ao Cálculo do Percentual Aplicado na Saúde	
1. Receita Resultante de Impostos	873.157,77
2. Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	8.419.150,55
Total das Receitas para Apuração do Limite (A)	9.292.308,32
3. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.736.326,25
4. (-) Despesas com Inativos e Pensionistas	(0,00)
5. (-) Despesa com Assistência à Saúde	(0,00)
6. (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados à Saúde	(2.313.498,56)
7. (-) Outras Ações e Serviços Não Computados	(0,00)
8. (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira	(0,00)
9. (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos A Pagar Cancelados	(0,00)
10. (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em Ações e Serviços de Saúde em Exercícios Anteriores	(0,00)
11. Total das Despesas não Computadas (Soma de 4 a 10)	(2.313.498,56)
Total das Despesas Próprias de Saúde	1.422.827,69
Percentual Aplicado	15,31%

Fonte: Demonstrativo da Receita e Despesa com Ações e Políticas Públicas de Saúde - Anexo XII-RREO - Exercício de 2018

i) Conforme disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, o Município deve aplicar em 2018, pelo menos, 15% da base de cálculo em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Dos valores extraídos do SICAP/CONTÁBIL, verifica-se que o Município aplicou R\$ 1.422.827,69, em ações e serviços públicos de saúde, equivalente a 15,31%, atendendo ao limite mínimo estabelecido.

j) O total das despesas com ações e serviços públicos de saúde, aplicados no exercício, quando confrontado com o quantitativo de habitantes do Município (3.805), conforme o Censo de 2010, evidencia que o valor aplicado em saúde por habitante em 2018 foi de R\$ 981,95.



Quadro 46 - Demonstrativo dos Índices com Saúde SICAP x SIOPS

DESCRIÇÃO A	ÍNDICE DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE – SICAP B	SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO EM SAÚDE - SIOPS C	DIFERENÇA D
Índice	15,31%	15,31	0,00

Fonte: Demonstrativo da Receita e Despesa com Ações e Políticas Públicas de Saúde - Anexo XII-RREO - 2018 e SIOPS - Municípios

k) Destaca-se que houve consonância entre os índices informado ao SICAP_Contábil e SIOPS.

10.5. LIMITE DE REPASSE AO PODER LEGISLATIVO

a) O artigo 29-A da Constituição Federal dispõe que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os limites que variam de 3,5% a 7%, a depender da população do município, do somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior. Para verificação do limite da Despesa do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A, considerou-se, para o Município de Fátima, uma população de 3.805 habitantes, com base no censo de 2010 do IBGE.

b) Estabelece ainda o art.29-A, que constitui crime de responsabilidade do chefe do Poder Executivo efetuar repasse superior ao limite acima mencionado, não o enviar até o dia vinte de cada mês e enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária (§ 2º, I a III). O quadro abaixo demonstra o valor repassado ao Poder Legislativo:

Quadro 47 - Repasse ao Poder Legislativo

DESCRIÇÃO	VALOR
TOTAL DAS RECEITAS	8.636.788,64
VALOR MÁXIMO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO EM 2018 (Art. 29-A, I da CF)	604.575,20
VALOR MÍNIMO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO LOA 2018 (Art. 29-A, §2, III da CF)	609.636,30
VALOR REPASSADO AO LEGISLATIVO EM 2018	598.656,00
% Repassado ao Legislativo em 2018	6,93%

Fonte: Demonstrativo do Repasse ao Legislativo da Lei 4.320 - Exercício de 2018

c) O repasse efetuado ao Legislativo, referente ao Duodécimo, foi de R\$ 598.656,00, ficando abaixo do limite máximo de 7%, portanto em conformidade com o art. 29-A,



11. DEMAIS ASSUNTOS RELEVANTES

11.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

12. RECOMENDAÇÕES

Considerando a apuração de impropriedades na análise das contas que podem se constituir em ressalvas conforme dispõe o art.32, §1º (8) e 2º do Regimento Interno, bem como os critérios estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa nº 02/2013, propomos a emissão das seguintes recomendações para acompanhamento em contas posteriores:

1. Quando da elaboração da Lei Orçamentária seja observado (item 4 do relatório técnico):
 - a. Que o orçamento destinado à saúde, assistência social e previdência social, quando for o caso, constem do orçamento da seguridade social, conforme dispõe o artigo 165, §5º e 194 da Constituição Federal, determina o artigo 194 da Constituição Federal;
 - b. Que nos termos do artigo 2º da Lei nº 4320/64, a Lei do Orçamento contenha a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho anual, devendo ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
 - c. Que os quadros integrantes da Lei Orçamentária, referentes a despesa e ao programa anual de trabalho do Governo, detalhem os programas, objetivos e ações para o período de um ano, estas identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais. Nesse sentido, devem ser observados os padrões e conceitos estabelecidos nos artigos 3º e 4º Portaria nº 42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, bem como os padrões estabelecidos na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001;
2. Efetuar o controle da execução do orçamento e adotar as medidas para o cumprimento do programa de trabalho, conforme preceitua o artigo 75, I, II e III da Lei nº 4320/64 (item 4 do relatório técnico);
3. Para fins da correta evidenciação dos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, referentes a execução de restos a pagar, efetuem a conferência dos dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", referentes a exercícios anteriores, quando houver inscrições em exercícios anteriores (item 4.2 do relatório);
4. Em observância as reiteradas decisões deste Tribunal e aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, e diante da necessidade de correta evidenciação dos gastos com pessoal do Poder/Órgão, sugerimos a emissão de recomendação a (o) gestor (a), para que, caso ainda não tenha implementado:
 - a. Inclua no Plano de Cargos Carreira e Salários - PCCS do município, no caso do atual PCCS não os contemplar, os cargos de contador, assessor



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

- jurídico (Procuradoria), médico, enfermeiro, odontólogo, entre outras áreas de saúde, e demais atividades inerentes da Administração Pública, cujo exercício, em face de sua essencialidade e caráter contínuo, compete, de forma indelegável, ao próprio ente municipal;
- b. Realize concurso para provimento dos cargos indicados no item "a", em observância ao disposto no art. 37, inc. II da Constituição Federal;
 - c. Enquanto não realizado o concurso público ou não providas as vagas, classifique corretamente as despesas decorrentes de contratos de terceirização referentes a atividades fim da administração como despesa com pessoal (Grupo de Natureza 1 – Pessoal e encargos Sociais), conforme item 8.2.3 da Resolução nº 415/2011 e Portaria STN nº 163/2011;
 - d. Caso não adotadas as providencias no que diz respeito à correta classificação da despesa, nos termos indicados no item "c", referidas despesas serão automaticamente adicionadas ao cálculo da despesa com pessoal pelo TCE/TO a partir do exercício de 2018.
5. Efetuar os registros contábeis na classe 7 e 8, referente a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balancete Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar (item 8.1);
 6. Informar corretamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11) – Item 4.1
 7. Evidencie a execução dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das ações pertencentes a cada programa, assim como, as metas físicas e financeiras previstas e executadas, no relatório do Órgão Central do sistema de controle interno conforme exige o artigo 101 da Lei Estadual nº 1.284/2001 e art. 27 do Regimento Interno deste Tribunal (item 4 do relatório técnico);
 8. Que o Município estabeleça procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede municipal de ensino, de forma que os recursos orçamentários na área da educação sejam aplicados com eficiência e resultem em melhoria da qualidade da educação e sejam alcançadas as metas do IDEB e demais metas previstas nos instrumentos de planejamento - item 6.2 do relatório técnico.
 9. As Notas Explicativas precisam ser elaboradas com os requisitos mínimos estabelecidos na NBCT 16.6 e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de modo a facilitar a compreensão das demonstrações contábeis por seus diversos usuários, com clareza e objetividade.
 10. Recomenda-se ao profissional contábil e gestor atentar-se para classificação correta das fontes de recursos conforme determina a Portaria vigente.



13. CONCLUSÃO

Após a Análise da Prestação de Contas apresentada pelo gestor, constituída nos termos da Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013, foi verificada, existência de inconsistências no desempenho da ação administrativa, em razão de impropriedades e infrações às normas Constitucionais, legais ou regulamentares (Instrução Normativa TCE/TO nº 02/2013). Deste modo, nos termos dos artigos 28, I, 30, 79, §1º e 81, III da Lei nº 1.284/2001, propomos a Citação dos responsáveis a seguir mencionados a fim de que sejam apresentadas alegações de defesa informações/documentos:

1. Senhor Washington Luiz Vasconcelos - CPF: 526.395.841-20, Prefeito do Município de Fátima– TO,
2. Senhor Maria Aminadb Barros de Medeiros - CPF: 931.859.361-91, Contador (a) do Município de x Fátima – TO,

1. Com relação ao Orçamento Inicial do município, constata-se consonância/divergência no valor de R\$ 60.499,80 entre o constante na Lei Orçamentária Municipal nº 451/2017 - LOA e o informado no Balancete da Despesa. (Item 3.1 do relatório).
2. Verifica-se que houve divergência entre os registros contábeis e os valores recebidos como Receitas e registrados no site do Banco do Brasil, em descumprimento ao que determina o art. 83 da Lei Federal nº 4.320/64 (Item 3.2.1.2 do relatório).
3. Destaca-se que nas Funções Assistência Social, Urbanismo, Habitação, Saneamento e Encargos Especiais houve execução menor que 65% da dotação atualizada, ou seja, não houve ação planejada para as despesas por função, em desconformidade ao que determina a IN 02/2013. (Item 4.1 do relatório).
4. Ressalte-se que foi aberto crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$ 0,00, no entanto, não foi realizado o registro contábil na (s) dotação (ões) com fonte de recurso correta com identificação do código 90 no 5º e 6º dígitos (xxxx.90.xxx), em desconformidade ao que determina a Portaria nº 383, de 06 de julho de 2016, publicada no Boletim Oficial nº 1656, de 06.07.2016. (Item 4.4.1 do relatório).
5. Em 2019, foram realizadas despesas de exercícios encerrados no montante de R\$ 2.818,40, ou seja, compromissos que deixaram de ser reconhecidos na execução orçamentária do período, por consequência, o Balanço Orçamentário de 2018 não atende a característica da representação fidedigna (art. art. 60, 63, 101 e 102 da Lei nº 4.320/64). (Item 5.1.2 do relatório).
6. Destaca-se que houve divergência entre o valor total das receitas do Balanço Financeiro com o total das despesas no valor de R\$ 2.414,80. (Item 6 do relatório). (Em descumprimento ao art. 83 da Lei 4.320);
7. Observa-se que o Município de Fátima não registrou nenhum valor na conta "Créditos Tributários a Receber" em desconformidade ao que determina o MCASP. (Item 7.1.2.1 do relatório).
8. Observa-se que o valor contabilizado na conta "1.1.5 – Estoque" é de R\$ 59.885,59 no final do exercício em análise, enquanto o consumo médio mensal é de R\$ 177.406,54, demonstrando a falta de planejamento da entidade, pois



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO FISCAL

- não tem o estoque dos materiais necessários para o mês de janeiro de 2019. (Item 7.1.3.3 do relatório).
9. O Balanço Patrimonial informa o valor de R\$ 11.892.291,14 para os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, enquanto o Demonstrativo do Ativo Imobilizado apresentou o montante de R\$ 10.187.639,73, portanto, constata-se uma divergência de R\$ 1.704.651,41. (Item 7.1.4.1 do relatório).
 10. Houve déficit financeiro nas seguintes Fontes de Recursos: 0010 e 5010 - Recursos Próprios (R\$ -710.479,37); 0030 - Recursos do FUNDEB (R\$ -868.269,57); 0080 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (R\$ -2.891,49); 0200 a 0299 - Recursos Destinados à Educação (R\$ -19.059,21); 5017 ,0600 ,0123e 1000 a 1999 e 6000 a 7999 - Outros Recursos Vinculados (R\$ -72.622,09) em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 7. 2.7 do relatório).
 11. As disponibilidades (valores numerários), enviados no arquivo conta disponibilidade, registram saldo maior que o ativo financeiro na fonte específica, em desacordo a Lei 4.320/64 (Item 7.2.7.2 do relatório).
 12. Existe “Ativo Financeiro” por fonte de recursos com valores negativos, em desacordo com a Lei 4.320/64. (Item 7.2.7.3 do relatório).
 13. Falhas na utilização da receita do FUNDEB e na codificação das respectivas fontes de recursos do referido Fundo, evidenciando descumprimento dos códigos estabelecidos na Portaria/TCE nº 914/2008, bem como utilização de fontes distintas para a mesma despesa, nas fases de empenho, liquidação e pagamento. (Item 10.3 do relatório)

Diante dos fatos descritos, no sentido de sanar as irregularidades e ocorrências apontadas, visando contribuir para a melhoria do desempenho das atividades, com a finalidade de atendimento aos princípios legais, assegurados os princípios Constitucionais do contraditório e da ampla defesa c/c os arts. 25/36 do RITCE e IN/TCE nº 08/2013.

Encaminhe-se à Quarta Relatoria para as providências cabíveis.

COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL, Palmas, ao (s) 06 dia(s) do mês de Abril de 2020.

VIRNA NISE PEREIRA QUEIROZ CRISPIM

Auditora de Controle Externo

Matricula: 235.83-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

VIRNA NISE PEREIRA QUEIROZ CRISPIM

Cargo: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - Matrícula: 235831

Código de Autenticação: 9b804525509df379fb608cad930ecdc0 - 07/04/2020 11:26:04